

A DIPLOMACIA DO ETANOL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: O QUE QUERIA O BRASIL? (2003-2010)

Ethanol Diplomacy in Latin America and the Caribbean: What Did Brazil Want? (2003-2010)

Lucas Marques Feitosa¹

Maria Gabriela Mendonça Mazzarella²

Luiz Fernando Oliveira do Nascimento³

¹Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. **E-mail:** lucaas.feitosa@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0975-8008>

²Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. **E-mail:** [mgmmazzarella@gmail.com](mailto:mgmazzarella@gmail.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2877-0018>

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. **E-mail:** luiz.fernandon@ufpe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9955-7615>

RESUMO

Este trabalho discute a diplomacia do etanol realizada pelo Brasil durante o governo Lula, com especial atenção aos atos internacionais assinados nesse período. Esta pesquisa se estrutura em torno de um eixo principal: entender quais eram as preferências do Brasil ao promover a diplomacia do etanol em meio aos países da América Latina e do Caribe. A metodologia utilizada envolveu a construção de um banco de dados original, bem como a aplicação de técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os achados indicam que o Brasil utilizou a diplomacia do etanol através da assinatura de atos internacionais para construir coalizões dentro da região com o intuito de estabelecer um mercado internacional de etanol. Contudo, pudemos verificar que os atos internacionais assinados não resultaram de fato nos efeitos esperados pelo Brasil para a região.

Palavras-chave: Acordos Internacionais; Etanol; Brasil.

ABSTRACT

This paper discusses the ethanol diplomacy carried out by Brazil during the Lula administration, with special attention to the international agreements signed during this period. This research is structured around a main axis: understanding what Brazil's preferences were when promoting ethanol diplomacy among Latin American and Caribbean countries. The methodology used involved the construction of an original database, as well as the application of descriptive statistics and content analysis techniques. The findings indicate that Brazil used ethanol diplomacy through the signing of international acts to build coalitions within the region in order to establish an international ethanol market. However, we were able to verify that the signed international agreements did not actually result in the effects expected by Brazil for the region.

Keywords: International Agreements; Ethanol; Brazil.

INTRODUÇÃO

Quando estamos abordando sobre o tema da energia dentro das Relações Internacionais existem dois conceitos que são centrais e que estarão presentes ao longo desse trabalho⁴. O primeiro conceito central é o de diplomacia energética, que pode ser definido como o uso de política externa para assegurar o suprimento de energia e para promover a cooperação no setor (Dalgaard, 2017). Além da diplomacia energética, temos também o conceito de *energy statecraft*,

⁴ Existe um terceiro conceito muito utilizado no meio das pesquisas envolvendo energia e Relações Internacionais, que é o conceito de segurança energética. Apesar de citado no corpo do texto, ele não está diretamente envolvido com a temática abordada no artigo. Ainda assim, é válido apresentar para o leitor do que se trata esse termo. A literatura não possui um consenso sobre o que seria a segurança energética, tendo em vista que este é um termo que pode variar de acordo com local e contexto em que se aplica. Contudo, para o presente artigo será utilizada uma conceitualização mais básica apresentada pela Agência Internacional de Energia, que entende como segurança energética “a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível” (AIE, 2022, p. 1).

que é entendido como a utilização dos recursos energéticos domésticos de um Estado como um meio para convencer um ou mais outros atores internacionais a fazerem o que eles normalmente não fariam, ou seja, uma ferramenta política, com o intuito de alcançar os objetivos da sua política externa (Dalgaard, 2017).

Apesar de a definição de diplomacia energética estar em grande parte atrelada ao objetivo de assegurar o suprimento de energia por meio da cooperação, ou seja, para promover a segurança energética, é possível dizer que ela pode estar ligada também ao conceito de *energy statecraft*, já que através da diplomacia os países também podem buscar alcançar seus objetivos políticos.

Portanto, levando em consideração que durante o governo Lula da Silva o Brasil buscou ampliar a sua presença no cenário internacional desejando obter o reconhecimento de global player (Barbosa, 2008; Ribeiro, 2009) e que a sua experiência no setor dos biocombustíveis era um fator importante para que esse objetivo fosse alcançado, o que ficou conhecido como diplomacia do etanol, o presente trabalho tem como objetivo avaliar quais eram de fato as preferências brasileiras ao realizar a sua diplomacia energética no tocante ao álcool combustível com os países da América Latina e do Caribe. Mais precisamente, a pesquisa tem como intenção identificar na diplomacia do etanol a busca por uma liderança internacional em meio aos países a América Latina e do Caribe durante o governo Lula.

Nas Relações Internacionais o estudo sobre liderança está ligado ao de negociação e ao contexto de diplomacia. Com isso, existem diversas abordagens sobre liderança, os seus principais elementos e como ela pode ser medida (Papa e Gleason, 2012). Em seu artigo sobre desenvolvimento de países emergentes como lideranças sustentáveis, entre elas o Brasil, Papa e Gleason (2012) levantam três tipos de liderança que devem ser observados: liderança baseada em política, liderança estrutural e a liderança instrumental. A primeira é sobre a habilidade de lidar com problemas e promover políticas e formas de implementá-las. A segunda reside nas ações tomadas e na implementação de recursos que criem incentivos para uma determinada área. No caso de potências emergentes, a liderança estrutural é quando os países conseguem exercer sua influência para que outros consigam atingir objetivos. Por fim, a liderança instrumental é uma habilidade muito importante, tendo em vista que ela trata sobre a aptidão de um ator para negociar e articular um consenso entre os demais atores.

Segundo Underdal (1994), a “liderança pode ser definida como uma relação assimétrica de influência em que um ator guia e direciona o comportamento de outros em direção a um determinado objetivo em um certo período de tempo” (Underdal, 1994, p. 178). Ou seja, a liderança envolve a influência de um determinado ator em um respectivo cenário que geralmente possui delimitações claras em um tempo definido. Isto pode acontecer, inclusive, em apenas um único projeto. Tal aspecto pode ser percebido no caso brasileiro, em que buscou-se exercer liderança na área de biocombustíveis, ao procurar estabelecer acordos geralmente bilaterais com países do sul global, principalmente para promover a produção e o mercado de etanol.

Portanto, esse artigo busca inovar a discussão trazendo para o debate um viés metodológico de análise de conteúdo de documentos aplicando a um objeto pouco estudado até o momento: os atos internacionais assinados pelo Brasil. A análise de documento foi aplicada nos acordos para identificar palavras, frases e contextos que indicassem quais eram as preferências brasileiras com o estabelecimento desses acordos. Ao escrevermos esse artigo acreditamos que os atos internacionais dão um ponto de inovação para induzir as preferências estatais, principalmente dentro de um contexto de diplomacia energética, que trata justamente sobre a utilização da política externa para cooperar dentro do setor. Dessa forma, a hipótese que norteia o trabalho é que os atos internacionais realizados pelo Brasil envolvendo o etanol serviram para criar um mercado internacional de etanol em que o país poderia ser um líder da região nessa nova empreitada, ou seja, uma forma de *energy statecraft*. Esse tema já é abordado de maneira abundante pela literatura, mas ainda não foi mostrado como os atos internacionais serviram como uma ferramenta para que esse objetivo fosse atingido.

Para que os objetivos do artigo sejam alcançados o trabalho está dividido em 3 seções. Na primeira seção é feita uma revisão sobre o papel do Brasil como líder no cenário internacional e como isso foi desempenhado no setor energético. Na segunda seção do trabalho adentramos na parte empírica em que observamos quais são as preferências do Brasil. Por fim, na última seção, o estudo avalia se a diplomacia do etanol através da assinatura de tratados internacionais gerou resultados práticos para o referido setor.

1. BRASIL E ETANOL: A DIPLOMACIA DO ETANOL E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA

Para falar sobre o papel de liderança exercido pelo Brasil é necessário, antes de mais nada, ressaltar que os Estados Unidos e outras potências dominaram por muito tempo grande parte das instituições responsáveis por lidar com as questões econômicas globais. Isto fez com que países em desenvolvimento fossem excluídos das tomadas de decisões e que seus interesses fossem marginalizados. Contudo, existe um movimento de transformação dentro das dinâmicas de governança global que é guiado por países que buscam se tornar atores cada vez mais importantes, desafiando assim a dominância dos países do Norte Global (Hopewell, 2015).

Dentro desse ambiente o Brasil durante o governo Lula passou a desenvolver a retórica anti-hegemônica contra o unilateralismo dos Estados Unidos, realizou esforços na cooperação Sul-Sul e promoveu alianças com os países do BRICS, tornando estas as bases da política externa nesse período (Almeida, 2007). Visto isso, observamos que a política externa do país passou a ter como estratégia multiplicar a presença do Brasil ao redor do mundo, realizando acordos em espaços que garantiriam maiores alternativas para o país e que trariam em retorno uma maior capacidade de barganha no plano global (Barbosa, 2008; Ribeiro, 2009).

Dentre as ações que eram desempenhadas uma das que se destacavam eram referentes ao setor energético. Nos dias atuais a questão energética se tornou um vetor de poder importante, tendo em vista que o consumo de energia está diretamente ligado com o desenvolvimento dos

países (Ribeiro, 2015). Portanto, o setor de energia passou a ser visto como uma das áreas pelas quais o Brasil poderia projetar poder, principalmente através dos biocombustíveis. Levando em consideração a busca pela segurança energética, que preocupa os governos dos países ao redor do mundo, principalmente devido às questões de mudança climática e da elevação dos preços do petróleo, os biocombustíveis ganharam espaço nas discussões que ocorrem no ambiente internacional (Brandão, 2015; Dalgaard, 2017). Em locais como nos Estados Unidos e na União Europeia, por exemplo, passaram a existir narrativas defendendo a utilização dos biocombustíveis, sendo as principais delas: I) os biocombustíveis seriam uma resposta às mudanças climáticas; II) promoveriam a segurança energética, já que os combustíveis fósseis viriam de países instáveis ou hostis; III) auxiliariam no desenvolvimento rural, através da promoção de empregos e da melhoria de vida (Borras Jr, Fig e Suárez, 2011).

A crescente participação do Brasil dentro dessa arena vem desde a década de 1990, quando houve um processo de substituição da estratégia energética, em que o país deixou de lado a busca pela autossuficiência através da maximização do controle estatal e passou a adotar políticas de eficiência e segurança energética que levassem em consideração fatores domésticos, regionais e internacionais (Sennes e Narciso, 2009).

Contudo, a relevância brasileira no setor de energia se consolidou de fato a partir de 2006, quando o Brasil se tornou um exportador de capital líquido e houve o *boom* das commodities, o que fez com que o agronegócio do país crescesse consideravelmente (Sennes e Narciso, 2009). O Brasil possui uma capacidade de destaque na produção de biocombustíveis, principalmente quando se trata do etanol de cana-de-açúcar, recurso este que o Brasil já possui mais de 40 anos de experiência na sua produção (Dalgaard, 2017). Ao longo de todos esses anos o Brasil desenvolveu pesquisas tecnológicas e promoveu incentivos à produção desse recurso, aproveitando as condições climáticas e geográficas favoráveis, além da disponibilidade de terras (Ribeiro, 2014).

Esses fatores proporcionaram ao país uma expertise científica e tecnológica considerável, a qual buscou difundir “através da transferência do conhecimento técnico, da troca de boas práticas, e do investimento do setor privado, o que ficou conhecido como ‘diplomacia do etanol’” (Afionis *et al*, 2016, p. 128). Portanto, a partir da administração de Lula a promoção do etanol no cenário internacional se tornou um instrumento da política externa do Brasil (Dalgaard, 2017).

O que é possível afirmar sobre esse tema é que a diplomacia do etanol era fruto de um dos objetivos centrais da política externa brasileira: transformar o país em um dos líderes do setor de bioenergia e criar um mercado global de biocombustíveis. Como dito anteriormente, os recursos energéticos são um elemento importante do poder estatal. Contudo, apesar de serem extremamente importantes, não existe uma correlação direta entre possuir recursos e a habilidade de exercer influência (Dalgaard, 2017). Dessa forma, para que esse poder se consolide é necessário que exista uma demanda global por esses recursos (Cesnakas, 2010).

Portanto, para que os biocombustíveis se tornem uma *commodity* comercializada globalmente é necessário que exista um conjunto de países não só consumindo, mas também produzindo esses recursos. A importância de aumentar a lista de países produtores de etanol se dava porque o Brasil seria incapaz de suprir a demanda global por este recurso. Dessa forma, os importadores em potencial não substituiriam às suas importações de petróleo pelo fornecimento de biocombustíveis de apenas um fornecedor. Nesse sentido, o papel do Brasil era difundir técnicas de produção e uso do etanol em países parceiros, além de transferir tecnologias para que isso fosse possível, o que encorajaria os outros países a adotar programas de biocombustíveis emulando a experiência brasileira (Dalgaard, 2017). Esse processo de difusão de técnicas está alinhado à noção que se tinha sobre a cooperação técnica ofertada pelo Brasil, que, segundo Abreu, se estruturava a partir de “ações que pudessem desenvolver capacidades individuais e institucionais com resultados sustentáveis nos países beneficiados, em contraposição à atuação tradicional de projetos pontuais” (citado por Ribeiro, 2018, p. 28).

Ao executar essa estratégia acreditava-se que o Estado brasileiro poderia ter uma maior visibilidade e uma posição estratégica no mercado global, tendo em vista a sua vantagem competitiva natural, o que expandiria suas oportunidades comerciais, além de aumentar as exportações de etanol dentro desse mercado (Afionis *et al*, 2016; Dalgaard, 2017). Contudo, esse processo executado pelo Brasil teve sua ação limitada por controvérsias existentes na sua execução, além das incertezas geradas pelo uso dessa fonte energética (Ribeiro, 2014).

Um dos alvos preferenciais do Brasil para que suas ambições fossem alcançadas era o continente africano, tendo em vista a mão-de-obra barata e a facilidade em conseguir terras para a produção de cana (Afionis *et al*, 2016; Ribeiro, 2014). Contudo, há de se mencionar que além da África os países da América Latina e Caribe e alguns países da Ásia também receberam atenção brasileira no setor dos biocombustíveis devido aos fatores geográficos e ambientais. Essas localidades ficam dentro do que é conhecido como “Cinturão Tropical”, ou seja, estão localizadas entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, criando condições climáticas e geográficas semelhantes à brasileira (Ribeiro, 2014). Dessa forma, esse estudo vai justamente se debruçar sobre os atos internacionais assinados com os países latino-americanos e caribenhos com o intuito de elucidar o que esses documentos podem nos dizer sobre as preferências do Estado brasileiro.

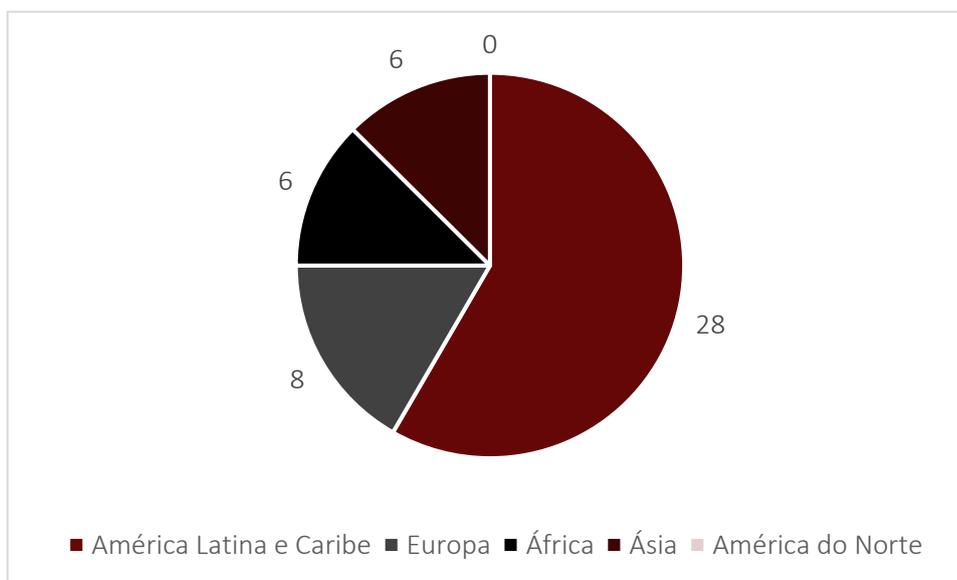
2. OS ATOS INTERNACIONAIS REALIZADOS COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE: O QUE QUERIA O BRASIL?

A partir da plataforma Concórdia⁵ do Ministério das Relações Exteriores foram coletados documentos referentes aos atos internacionais assinados entre 1 de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2010 que continham as palavras-chave “etanol” e “álcool combustível”. A partir desses parâmetros estabelecidos foram encontrados 48 atos internacionais que de alguma forma tratavam sobre o etanol.

⁵ <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>.

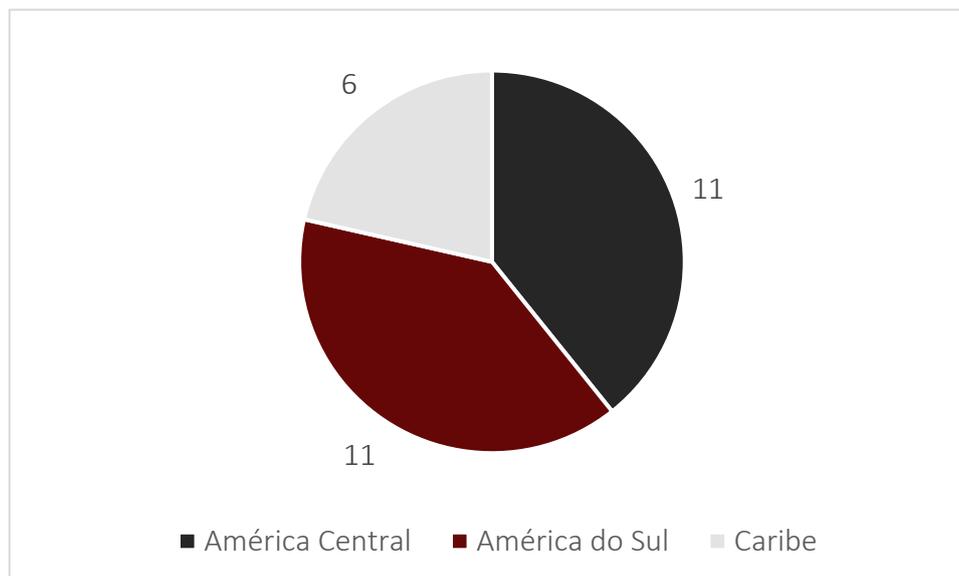
Desses 48 atos internacionais, 28 foram realizados com parceiros do continente americano, sendo todos com países da América Latina e Caribe, excluindo países da América do Norte, oito com países da Europa, seis da África e seis da Ásia. Levando isso em consideração nós podemos perceber que no geral o Brasil promoveu uma cooperação de certa forma diversificada, assim como era objetivo da diplomacia do governo Lula de diversificar parcerias. Contudo, é possível afirmar também que essa cooperação se centralizou de fato no continente americano, com as demais regiões do globo obtendo atenções situacionais. Nesse ponto podemos realizar também um comparativo com o que é trazido pela própria literatura. Enquanto autores como Afionis *et al* (2016) e Ribeiro (2014) reforçam a prioridade dada ao continente africano na execução da diplomacia do etanol, pelo menos na questão do estabelecimento de compromissos através de acordos internacionais foi possível visualizar que essa região não foi tão priorizada quanto os países da América. Além disso, desses 28 atos com países da América Latina e Caribe 11 foram realizados com países da América Central, 11 atos com países da América do Sul e seis com países do Caribe.

Gráfico 1 - Quantidade de Atos Por Continente



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE.

Gráfico 2 – Divisão dos Atos pelas Regiões da América Latina e Caribe



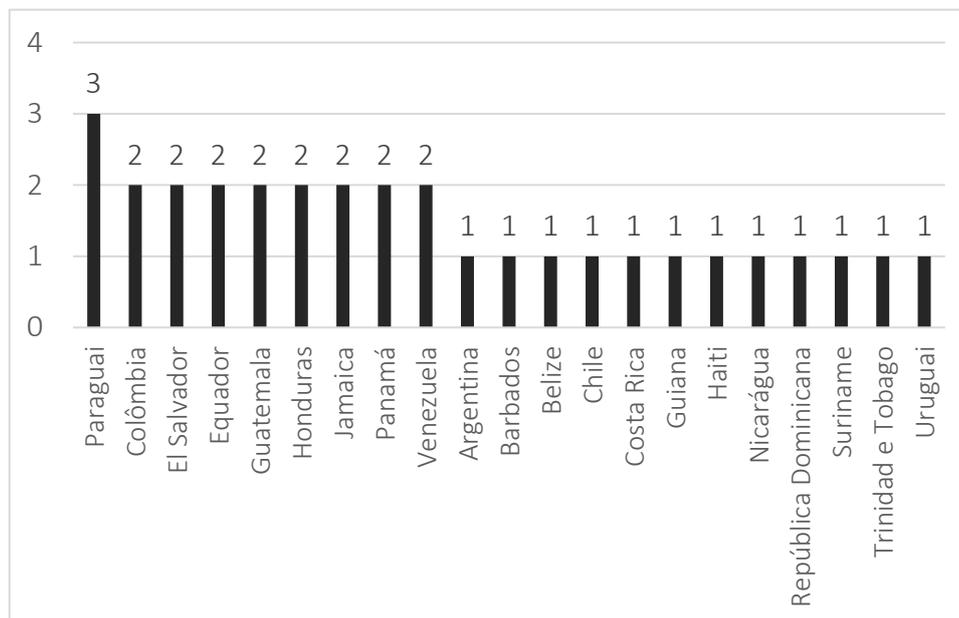
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE.

Isso nos evidencia, portanto, um aspecto importante: o Brasil via os países em desenvolvimento do Sul Global como uma oportunidade para a cooperação em que o país poderia tirar mais proveito. Isso pode ser explicado, por exemplo, tanto pela retórica anti-hegemônica contra os Estados Unidos, na qual o Brasil poderia obter mais proveito sendo um líder da região, como também pela busca pela formação de coalizões com países do Sul.

Essa informação, portanto, nos traz o primeiro aspecto sobre o que queria o Brasil ao realizar acordos no setor do etanol: alcançar uma liderança instrumental. A liderança instrumental parte do princípio de que um ator consiga realizar negociações e alcançar um consenso dentro de uma coalizão, levando em consideração todos os diferentes interesses, prioridades e recursos das partes. Tendo em vista esses fatores, as coalizões muitas vezes são difíceis de serem alcançadas. Portanto, o exercício da liderança instrumental requer que o líder emergente construa, mantenha e desenvolva suas próprias coalizões (Papa e Gleason, 2012).

É interessante notar que a diversificação de parcerias também era um meio de construir essa coalizão. Foram 21 parceiros diferentes ao longo desses oito anos. Da América do Sul, por exemplo, foram assinados atos com nove dos 11 países com quem o Brasil poderia cooperar. Apenas Bolívia e Peru não assinaram algum acordo internacional com o Brasil no setor de etanol nesse período. Da América Central e do Caribe também observamos a realização de atos com 12 parceiros diferentes.

Gráfico 3 - Quantidade de Atos por Parceiro



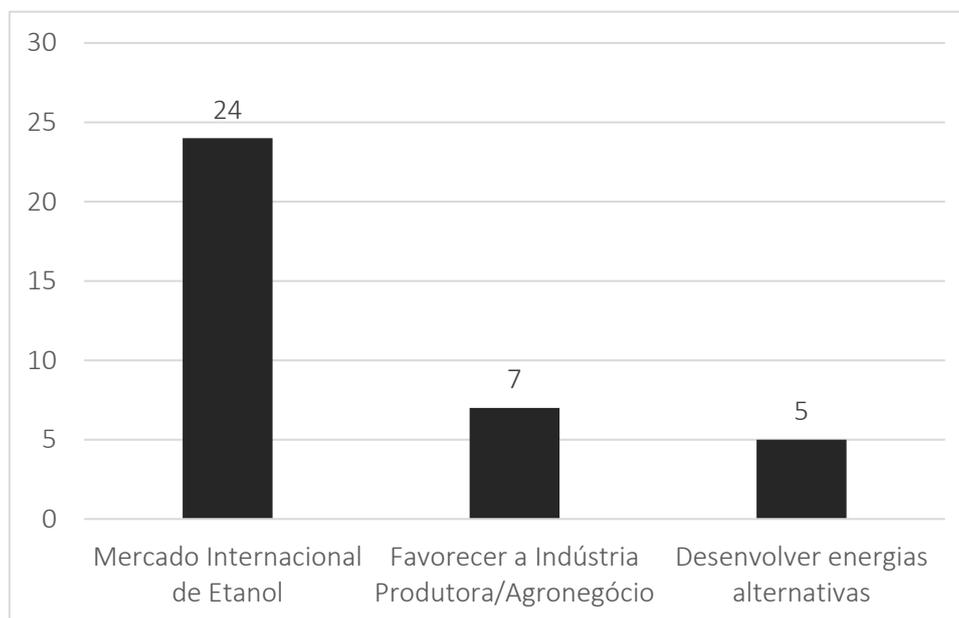
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE.

Desses 28 atos internacionais, 27 deles foram atos bilaterais, com a exceção de um Memorando de Entendimento assinado em 15 de dezembro de 2006 no âmbito do Mercosul, assinados com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Portanto, o que observamos aqui é que a busca pela construção de coalizões por parte do Brasil não envolvia um multilateralismo explícito, tendo em vista que elas não recaem sobre as arenas multilaterais. O que é possível notar é um empreendedorismo por parte do Brasil de trazer uma inovação à essas relações.

Um segundo eixo de avaliação sobre o que queria o Brasil ao realizar os acordos internacionais no setor de etanol pode ser encontrado no próprio conteúdo dos documentos. A partir da utilização do método da análise de conteúdo foi possível verificar quais eram os objetivos buscados na diplomacia do etanol brasileira. O objetivo dessa análise dos documentos era justamente observar a presença do interesse em criar um mercado internacional de etanol, como é difundido pela literatura especializada.

O resultado da análise aponta que em 24 dos atos, ou cerca de 85% deles, é possível inferir de fato o interesse do Brasil em criar um mercado internacional de etanol. Em sete desses atos, ou 25% destes, pudemos perceber um interesse em favorecer a indústria produtora do recurso ou o agronegócio e em cinco, cerca de 17%, o interesse em cooperar no sentido de desenvolver energias alternativas.

Gráfico 4 - Interesses do Brasil na Cooperação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE.

Nos atos que tratam sobre o desenvolvimento de energias alternativas é possível exemplificar como esses interesses foram evidenciados. Em 25 de agosto de 2004, por exemplo, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Equador em que as partes buscam estabelecer um programa de cooperação energética. Dentre os parâmetros para a execução desse projeto, um deles está no setor de etanol, em que entidades especializadas de ambos os países apoiariam o desenvolvimento de energias alternativas.

Quanto à questão do interesse em favorecer a indústria e o agronegócio podemos também trazer alguns exemplos de como esses interesses eram evidenciados. Um caso que demonstra bem essa questão é o Memorando de Entendimento assinado em 16 de maio de 2005 com a Jamaica, em que as partes afirmam o interesse em promover uma “cooperação técnica para o desenvolvimento e modernização da indústria do açúcar e do etanol” (MRE, 2005a, p. 1).

O exemplo apresentado anteriormente mostra uma preocupação industrial brasileira. Contudo, interesses com o desenvolvimento agrícola também são localizados, como no Memorando de Entendimento assinado com o Paraguai em 21 de maio de 2007. Nesse ato as partes ressaltam a importância dos biocombustíveis, incluindo o etanol, para a agricultura familiar e a fixação da população rural no campo. As partes também estabelecem um plano de ação divididos em nove atividades. No Item 3-A da Atividade 03 que busca definir o modelo de negócio para a indústria de biocombustíveis é definido que as partes vão “identificar o melhor modelo empresarial e de gestão de projetos de produção de biocombustíveis, incluindo a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva” (MRE, 2007, p. 6). Além disso, no item 6-D da Atividade 06 as partes se comprometem em analisar políticas públicas para alguns setores, dentre eles o setor agrícola, como por exemplo o fornecimento de crédito, fomento, pesquisa, dentre outras.

Já em relação ao terceiro tipo de interesse, criar um mercado internacional de etanol, este chama atenção por outro fator, além da grande quantidade de atos assinados: a busca por uma liderança baseada em políticas. Esse tipo de liderança parte do pressuposto que um país é capaz de “enquadrar problemas, promover soluções políticas específicas e implementá-las” (Papa e Gleason, 2012, p. 917). Esse é, portanto, o grande elemento da diplomacia do etanol brasileira que pôde ser observado a partir da análise dos atos internacionais com os países da América Latina e do Caribe. Esse tipo de liderança influencia a percepção dos outros países sobre o que é viável e desejável, ou seja, uma forma de *soft power* como é trazido por Dalgaard (2017).

Além disso, dentro de um contexto de construção de coalizões, o país que se mostra líder dessa questão tem que estabelecer uma agenda política e implementá-la. No caso da diplomacia do etanol o que se observa é que o Brasil buscou integrar os biocombustíveis, em especial o etanol, dentro da agenda energética dos países parceiros ressaltando a sua própria experiência como um exemplo a ser seguido (Afionis *et al*, 2016).

Por meio dos atos internacionais assinados é possível observar alguns fatores interessantes a serem elencados, que evidenciam bem o que foi exposto previamente. Em 2003, por exemplo, Brasil e Colômbia divulgam uma Declaração Conjunta em que os países explicitam o desejo de implementar na Colômbia o Programa Álcool Combustível a partir da experiência brasileira no setor. Esse é um exemplo claro de como a liderança baseada em políticas seria desempenhada.

Em 2005 é realizado um Memorando de Entendimento com a Venezuela, que demonstra o interesse em criar um mercado internacional de etanol. Além da preocupação em desenvolver energias alternativas, devido à demanda do mercado, as partes tratam explicitamente sobre a “transformação do etanol combustível em um produto básico de utilização e comercialização internacional” (MRE, 2005b, p. 1). Nesse caso a preocupação não era apenas à nível internacional, mas também implementar o próprio uso do etanol na gasolina venezuelana. Nesse sentido a PETROBRAS exerceria o papel de suprir o etanol no mercado interno venezuelano.

Outro ponto que realça o interesse em criar um mercado internacional de etanol é a Cooperação Técnica Internacional (CTI). Podemos inferir, por exemplo, que os nove Protocolos de Intenções que foram assinados com os países da América Central e Caribe e com a Guiana nos dias 12 e 13 de 2006 que versam sobre cooperação de técnicas de produção e uso de etanol tinham como objetivo aumentar a capacidade produtiva desses países e dessa forma fortalecer o mercado internacional referente a esse recurso. A própria transferência de técnicas e tecnologias eram parte do objetivo da diplomacia do etanol de criar esse mercado internacional (Dalgaard, 2017; Afionis *et al*, 2016).

Uma questão que vale ser ressaltada é que até o momento em que tratamos sobre a liderança baseada em políticas foi possível observar que o Brasil via o mercado internacional de etanol como uma solução para um problema. Contudo, não foi exposto até então também quais eram os problemas a serem solucionados, o que é possível observar também a partir dos atos

internacionais. A grande justificativa para o desenvolvimento desse mercado apresentada nos acordos era a questão ambiental. Nos atos, por exemplo, era possível observar a preocupação dos países em reduzir a emissão de gases poluentes no setor de transportes, devido ao protocolo de Kyoto. Além disso, os países também justificavam a cooperação em prol do etanol porque este seria uma alternativa limpa e sustentável ao petróleo.

Portanto, o que concluímos a partir desses fatores é que com a problemática ambiental em mente, o Brasil apresentava o mercado internacional de etanol como uma alternativa viável em que os demais países poderiam seguir o seu exemplo para implementar políticas, tendo assim o Brasil como um dos países à frente desse movimento. Entretanto, cabe levantar o questionamento sobre até que ponto a preocupação ambiental era de fato o fator norteador dessa cooperação, tendo em vista os fatores econômicos e políticos que essa cooperação poderia de fato trazer ao Brasil.

Quadro 1 – Data, Parceiro e Título dos Atos Internacionais

Data	Parceiro	Título
26/07/2003	Colômbia	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia
25/08/2004	Equador	Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Energia
21/11/2004	Barbados	Comunicado Conjunto
14/02/2005	Venezuela	Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela
16/05/2005	Jamaica	Memorando de Entendimento na Área de Açúcar e de Etanol
12/09/2005	Guatemala	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
12/09/2005	Guatemala	Visita Oficial do Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, à Guatemala Cidade da Guatemala, 12 de setembro de 2005
12/09/2005	Guiana	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível
13/09/2005	Belize	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Costa Rica	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	El Salvador	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Honduras	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Nicarágua	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível

13/09/2005	Panamá	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	República Dominicana	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
23/05/2006	Haiti	Protocolo de Intenções entre o Brasil e o Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
15/12/2006	Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República do Paraguai, o Governo da República Oriental do Uruguai, e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Estabelecer um Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis - Decisão CMC nº 36/06
15/02/2007	Jamaica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas Para Apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcooleiro"
04/04/2007	Equador	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis"
26/04/2007	Chile	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile na Área de Biocombustíveis
21/05/2007	Paraguai	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Estabelecimento de Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis no Paraguai
21/05/2007	Paraguai	Declaração Conjunta
07/08/2007	Honduras	Declaração do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República de Honduras sobre Cooperação Técnica na Área de Produção e Uso de Etano Combustível
10/08/2007	Panamá	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis
05/12/2007	El Salvador	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador"
23/07/2008	Trinidad e Tobago	Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de República da Trinidad e Tobago
01/09/2010	Colômbia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
16/12/2010	Suriname	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MRE.

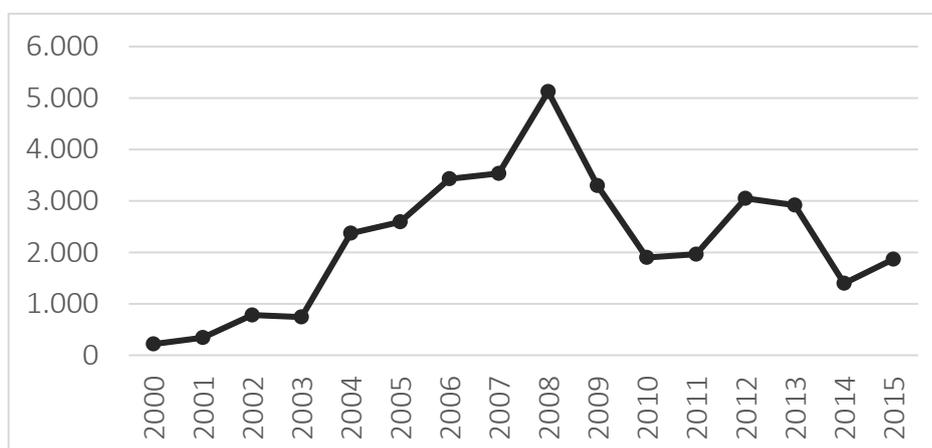
O quadro acima traz a data, o parceiro e o título de todos os atos utilizados para a presente análise. Chama atenção nele o fato de que 10 dos 28 atos internacionais foram realizados entre os dias 12 e 13 de setembro de 2005. Quase todos foram realizados com países da América Central e são em sua grande maioria atos do tipo "Protocolos de Intenções". Fica a partir disso o

questionamento do que motivou uma grande quantidade de atos em um curto espaço de tempo com países de uma localização geográfica específica.

3. EFEITOS DOS ACORDOS SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MERCADO INTERNACIONAL NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ETANOL E NA PRODUÇÃO DOS PAÍSES PARCEIROS

Considerando que 24 acordos dentre os analisados tratam da criação e desenvolvimento de um mercado internacional de etanol, a verificação do efeito dos acordos para o setor pode ser inferida pela observação gráfica da trajetória das exportações de etanol. Optou-se por concentrar a análise no período que compreende o Governo Lula, sendo adicionados alguns anos anteriores e posteriores a esse período histórico. O gráfico 5 ilustra o volume de exportações brasileiras de etanol.

Gráfico 5 - Exportações de Etanol Brasileiras, em milhares de m³, entre 2000 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA.

O Brasil viu suas exportações de etanol crescerem de forma sustentada entre os anos de 2000 e 2008, sendo verificada uma pequena contração na quantidade exportada em 2003 quando comparado ao ano anterior. A partir de 2004, verifica-se um crescimento acelerado do volume exportado, que atinge o pico de 5,12 milhões de metros cúbicos de etanol em 2008. Em 2009 se observa uma queda de quase 2 milhões de metros cúbicos do etanol exportado. De acordo com Bittencourt, Fontes e Campos (2012) um dos fatores que interrompeu a expansão das exportações brasileiras, gerando essa queda, foi a crise financeira que atingiu o mundo em 2008. Segundo eles:

Depois do estopim dessa crise, houve grande restrição do crédito internacional, dos financiamentos e dos investimentos nos variados setores da economia. Esse foi o caso do setor sucroalcooleiro brasileiro que, além dos problemas climáticos do período e da falta de políticas públicas para o referido setor, passou a presenciar o endividamento das usinas e o aumento dos custos de produção do etanol, o que resultou na queda das exportações nacionais desse produto (Bittencourt, Fontes e Campos, 2012, p. 7).

O processo de desaceleração na quantidade exportada no pós-2008 não é uniforme, mas se manteve até o final do Governo Lula. Fatores climáticos, que impediam a renovação das safras

de cana-de-açúcar e aumentando o custo da produção desse recurso também explicam por quê os últimos anos do governo Lula vivenciaram uma queda nas exportações desse produto (Bittencourt, Fontes e Campos, 2012). Ao longo do Governo Dilma, a marca de 2 milhões de m³ exportadas só foi superada nos anos de 2012 e 2013. A Tabela 1 apresenta as exportações brasileiras de etanol destinadas à países da América Latina e Caribe entre 2003 e 2010 e a Tabela 2 o percentual que cada país representa em relação ao total, permitindo enxergar o peso relativo de cada um deles.

Tabela 1 - Exportações Brasileiras de Etanol por País, em milhares de m³, entre 2003 e 2010

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	0,2	0,19	0,21	0,18	0,03	0	0	5,95
Bahamas	0	0	0	0	1,51	0	3,36	0
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0
Chile	0	3,06	1,29	1,32	2,01	2,87	1,68	5,48
Colômbia	1,55	0	0	10,32	5,39	10,79	2,42	0,04
Costa Rica	31,82	115,58	126,69	91,27	170,37	108,27	100,28	0
Cuba	0	0	17,42	0	0	0	0	0
El Salvador	15,33	28,57	157,85	181,14	224,4	352,08	71,1	0
Equador	0	0	0	1,65	7,07	4,76	0	4,9
Guatemala	0	0	0	0	0	0	0	0
Honduras	0	0,02	0	0	0	0	0	0,02
Jamaica	101,87	132,96	133,29	131,54	308,97	431,56	437,66	138,62
México	40,19	86,56	100,1	50,24	49,21	30,07	73,74	35,1
Nicarágua	0	0	2	2,79	0	0	0	0
Panamá	0	2,63	3,88	0	0,05	0	0,1	0,26
Paraguai	0,07	0,96	0,02	0,01	0	5	0,01	0,07
Peru	0,01	0	0	0	0	0,03	0	0,03
Porto Rico	0	5,12	10,26	10,37	13,99	10,09	22,15	3,23
R. Dominicana	3,18	0,09	13,45	2	5,43	2	4	2,01
T. e Tobago	0	7,02	36,12	71,58	158,87	221,96	139,95	6,64
Uruguai	0,06	0,3	0,45	0,44	0,66	0,47	0,45	3,07
Venezuela	0,4	2,82	49,48	104,61	0	57,28	0	0,97
Total	194,68	385,88	652,51	659,46	947,96	1237,23	856,9	206,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA.

Tabela 2 – Percentual das Exportações Brasileiras de Etanol por País entre 2003 e 2010

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	0,10%	0,05%	0,03%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	2,88%
Bahamas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%	0,39%	0,00%
Bolívia	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Chile	0,00%	0,79%	0,20%	0,20%	0,21%	0,23%	0,20%	2,66%
Colômbia	0,80%	0,00%	0,00%	1,56%	0,57%	0,87%	0,28%	0,02%
Costa Rica	16,34%	29,95%	19,42%	13,84%	17,97%	8,75%	11,70%	0,00%
Cuba	0,00%	0,00%	2,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
El Salvador	7,87%	7,40%	24,19%	27,47%	23,67%	28,46%	8,30%	0,00%
Equador	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,75%	0,38%	0,00%	2,37%
Guatemala	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Honduras	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%

Jamaica	52,33%	34,46%	20,43%	19,95%	32,59%	34,88%	51,07%	67,16%
México	20,64%	22,43%	15,34%	7,62%	5,19%	2,43%	8,61%	17,01%
Nicarágua	0,00%	0,00%	0,31%	0,42%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Panamá	0,00%	0,68%	0,59%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,13%
Paraguai	0,04%	0,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,40%	0,00%	0,03%
Peru	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,01%
Porto Rico	0,00%	1,33%	1,57%	1,57%	1,48%	0,82%	2,58%	1,56%
R. Dominicana	1,63%	0,02%	2,06%	0,30%	0,57%	0,16%	0,47%	0,97%
T. e Tobago	0,00%	1,82%	5,54%	10,85%	16,76%	17,94%	16,33%	3,22%
Uruguai	0,03%	0,08%	0,07%	0,07%	0,07%	0,04%	0,05%	1,49%
Venezuela	0,21%	0,73%	7,58%	15,86%	0,00%	4,63%	0,00%	0,47%
Total	194,68	385,88	652,51	659,46	947,96	1237,23	856,9	206,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA.

De forma geral, as exportações de etanol para a maioria dos países observados aparentam ser esporádica, com grandes variações da quantidade exportada entre dois anos. No entanto, cinco países se caracterizaram como importadores regulares de etanol brasileiro no período compreendido entre 2004 e 2008: Costa Rica, El Salvador, Jamaica, México e Trinidad e Tobago. Destes, com exceção do primeiro e do último, percebeu-se que houve um crescimento contínuo das exportações de etanol a esses países. Contudo, há de se notar também uma queda brusca no número de exportações de etanol no ano de 2010, um valor cerca de 75% menor que o ano anterior. Outro dado que também é possível observar, a partir das Tabelas 1 e 2, é que a Jamaica foi o grande importador de etanol brasileiro dentro da região, mas que o peso relativo desse país foi caindo entre 2003 e 2006, quando volta a subir vertiginosamente e atinge seu ápice em 2010.

A outra variável observada para avaliar os efeitos dos atos internacionais na criação de um mercado internacional de etanol no âmbito da América Latina e Caribe é a produção desse recurso nos países parceiros, tendo em vista que os próprios atos tratavam sobre a produção de etanol. Como é possível observar na Tabela 3 a produção de álcool combustível nesses países não obteve um aumento considerável. Com exceção de Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Guatemala, Nicarágua e Paraguai, que obtiveram um aumento discreto da produção, os demais países não aumentaram a produção desse recurso. Inclusive, o caso de Trinidad e Tobago é contrário ao movimento esperado tendo em vista que esse país diminuiu a produção logo após a assinatura do ato internacional em 2008.

Se observarmos também a produção total na região, incluindo também os países que não assinaram atos com o Brasil, e avaliarmos a participação dos países parceiros e a participação do Brasil nesse valor, vemos que no geral o Brasil se manteve como o produtor quase que exclusivo desse recurso. Ao longo dos anos o Brasil sempre produziu mais de 90% do etanol advindo da região. Por outro lado, os dados mostram que entre 2003 e 2006 ocorreu um aumento da porcentagem da produção de etanol dos países que assinaram atos com o Brasil. A partir de 2007 ocorre uma contração na taxa de participação destes, voltando a aumentar novamente apenas em 2010.

Tabela 3 – Produção de Etanol por País em mil barris por dia⁶

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	0	0	0	0	0	0,1	0,3	0,2	0,19	2,15	2,99	4,3
Barbados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belize	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	198	217	249	252	276	306	389	466	412,7	422,4	348,3	357,3
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colômbia	0	0	0	0	0,5	4,6	4,7	4,4	2,95	5	5,8	6,37
Costa Rica	0	0,8	1	1,3	2,1	2,1	2,9	2,4	0	0	0	1,25
El Salvador	0	0,3	0,4	0,4	1,5	5,8	4,7	4,6	0	0	0	0
Equador	0	0	0	0	0	0	0,3	0	0	0	0	0,12
Guatemala	0	0	0	0	0	1,3	2,9	2,9	NA	0	0	1,99
Guiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jamaica	NA	1,9	2,6	2	2,2	5,2	4,9	6,4	0	0	0	0
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	0	0,9	1,2	0,13	0,08	0,25
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraguai	0,02	0,02	0,02	0,1	0,6	0,8	1	1,5	1,93	2,68	3,05	3,26
República Dominicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suriname	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trinidad e Tobago	0	0	0	0	0,6	1,8	3,2	4,3	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,21	0,28	0,27
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da Região	199	221	254	256,8	284,3	328,2	415	497,6	425,2	439,1	369	384,7
Percentual do Brasil	99,4%	98,1%	98%	98,1%	97%	93,2%	93,7%	93,6%	97%	96,2%	94,3%	93,1%
Percentual dos Países Parceiros	0,01%	1,36%	1,58%	1,47%	2,63%	6,61%	6%	5,54%	1,47%	2,31%	3,3%	4,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da U.S Energy Information Administration.

Entretanto, mesmo com esses dados em mãos é preciso investigar o contexto doméstico antes que seja possível afirmar categoricamente que tal comportamento é resultado direto da assinatura de acordos e memorando entre os países. Relações como o consumo de combustível per capita, importação de petróleo e combustíveis derivados e fluxo comercial com outros parceiros produtores de etanol, como os Estados Unidos, devem ser observados na busca por isolar efeitos dessas variáveis sobre a demanda por etanol brasileiro e produção de etanol por país.

⁶ Os dados em negrito equivalem à produção de etanol após a realização do primeiro ato com o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto tivemos como objetivo examinar a diplomacia do etanol realizada pelo Brasil em meio aos países da América Latina e do Caribe, com o propósito final de avaliar de forma indutiva quais eram as preferências brasileiras ao assinar atos internacionais referentes ao álcool combustível. Foi possível inferir através do artigo que o Brasil do governo Lula, como é apontado na literatura, de fato tinha interesse em utilizar a região latino-americana como um meio de realizar coalizões e ganhar espaço no ambiente internacional como um líder emergente. Como apontado na seção 2, essa foi a região que mais realizou atos internacionais com o Brasil, superando até a soma de todos os acordos feitos com países das demais regiões do globo, o que nos permitiu concluir que através dela o Brasil poderia exercer uma liderança instrumental.

Além disso, o estudo realizado também nos trouxe como resultado que, além de formar coalizões, o Brasil através da assinatura de atos internacionais também possuía o interesse de, juntamente com esses países, criar um mercado internacional de etanol. Na seção 1 discutimos sobre como a diplomacia do etanol era pensado como uma estratégia para criar um mercado em que o Brasil seria peça fundamental, e os dados da seção 2 apontam que os atos internacionais eram formas de formalizar compromissos com o intuito de fazer com que esse mercado ganhasse corpo. Nesse caso, o etanol era visto como um recurso da política externa brasileira, através do qual o Estado brasileiro poderia obter ganhos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Em outras palavras, o Brasil utilizou o etanol como uma forma de *energy statecraft*, não só por meio do discurso, mas também a partir da formalização de tratados internacionais.

Dessa forma, a criação desse mercado pode ser vista a partir da ótica de uma liderança baseada em políticas, da qual o Brasil estabeleceria um problema a ser superado por meio da emulação de sua experiência como produtor de etanol. Nesse sentido, o Brasil atuaria como um doador de cooperação para esses países, obtendo como retorno uma vantagem comparativa nesse novo mercado que estava surgindo.

Era de se esperar inicialmente que ao executar essa estratégia política o Brasil conseguiria atingir seus objetivos. Entretanto, ao finalizarmos o estudo, foi possível perceber que os empreendimentos realizados pelo Brasil através dos atos internacionais não trouxeram resultados efetivos. O desejo de criar um mercado internacional de etanol, pelo menos dentro da América Latina e no Caribe, não foi possível ser alcançado, como pode ser observado através dos dados apontados na última seção. O Brasil não conseguiu de fato aumentar suas exportações para os países da região e muito menos visualizou um aumento da produção de etanol nos seus países parceiros, um pré-requisito considerado fundamental para que esse mercado se consolidasse. Portanto, nesse caso o que faltou para o Brasil foi um quesito fundamental da liderança do tipo estrutural: o Brasil não possuía os recursos necessários para criar incentivos para que seus objetivos fossem de fato alcançados. Apesar de ter formalizado esse desejo por meio de atos internacionais, as políticas acordadas pelos atores tinham um aspecto maior de sinalização de desejos do que de fato a possibilidade de execução. O Brasil não estava preparado naquele

momento para fazer com que a diplomacia do etanol resistisse à crise financeira global que surgia em 2008, fazendo com que o etanol brasileiro perdesse competitividade devido à falta de investimentos e à incapacidade de renovar as safras de cana-de-açúcar, por conta de fatores climáticos, que acentuaram o custo de produção desse recurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afionis, S. *et al.* (2016) 'Unpacking Brazil's Leadership in the Global Biofuels Arena: Brazilian Ethanol Diplomacy in Africa.' *Global Environmental Politics*, v. 16(3), pp. 127-150.

Agência Internacional de Energia (AIE). (2022) *Energy Security: Ensuring the Uninterrupted Availability of Energy Sources at an Affordable Price*. Disponível em: <https://www.iea.org/areas-of-work/ensuring-energy-security>. [Acesso em: 07 dezembro 2022].

Almeida, P.R. (2007) 'Brazil as a Regional Player and an Emerging Global Power.' *FES Briefing Paper 8*. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/04709.pdf>. [Acesso em: 14 junho 2022].

Barbosa, R. (2008) 'A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul'. *Interesse Nacional*, abr./jun., pp. 2-21

Bittencourt, G. M.; Fontes, R. M. O.; Campos, A. C. (2012) 'Determinantes das Exportações Brasileiras de Etanol'. *Revista de Política Agrícola*, v. 21(4), pp. 4-19.

Borras Jr, S. M.; Fig, D.; Suárez, S. M. (2011) 'The Politics of Agrofuels and Mega-land and Water Deals: Insights from the ProCana Case, Mozambique'. *Review of African Political Economy*, v. 38 (128), pp. 215-234.

Brandão, E. A. F. (2015) 'A Geoeconomia do Etanol: As Condicionantes e as Oportunidades Para a Consolidação de um Mercado Global'. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 16(2), pp. 37-50.

Cesnakas, G. (2010) 'Energy Resources in Foreign Policy: A Theoretical Approach'. *Baltic Journal of Law & Politics*, v. 3(1), pp. 30-52.

Dalgaard, K. G. (2017) *The energy statecraft of Brazil, the rise and fall of Brazil's ethanol diplomacy*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Hopewell, K. (2015) 'Different Paths to Power: The Rise of Brazil, India and China at the World Trade Organization'. *Review of International Political Economy*, v. 22(2), pp. 1-37.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2021). *Etanol - Comércio Exterior Brasileiro*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/etanol-comercio-exterior-brasileiro> [Acesso em: 30 novembro 2021].

Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2007). *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Estabelecimento de Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis no Paraguai*. Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5831?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=04%2F04%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=138&tipoPesquisa=2> [Acesso em 10 dezembro 2021].

Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2005a) *Memorando de Entendimento na Área de Açúcar e de Etanol*. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5381?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2005&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=196&tipoPesquisa=2> [Acesso em: 10 dezembro 2021].

Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2005b) *Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela*. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5318?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2005&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=202&tipoPesquisa=2>. [Acesso em: 10 dezembro 2021].

Papa, M.; Gleason, N. W. (2012) 'Major Emerging Powers in Sustainable Development Diplomacy: Assessing Their Leadership Potential'. *Global Environmental Change*, v. 22, pp. 915-924.

Ribeiro, C. O. (2009) 'A Política Africana do Governo Lula'. *Tempo Social*, v. 21(2), pp. 185-209.

Ribeiro, R. A. (2015) 'A Energia na Política Externa Brasileira'. *Neiba*, v. 4(1), pp. 45-58.

Ribeiro, R. A. (2018) *Cooperação Sul-Sul em Biocombustíveis: Interesses e Contradições da Política Externa Brasileira em Moçambique (2003-2015)*. Tese de Doutorado, Ciência Política/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ribeiro, R. A. (2014) *Inserção Internacional e Energia: A Política Externa de Lula para Biocombustíveis*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política e Relações Internacionais/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sennes, R. U; Narciso, T. (2009) 'Brazil as an International Energy Player'. In: Brainard, L.; Martinez-Diaz, L. (eds.), *Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy*. Washington D.C: Brooking Institution Press, pp. 17-54.

Underdal, A. (1994) 'Leadership Theory: Rediscovering the Arts of Management'. In Zartman, W (ed.), *International Multilateral Negotiation: Approaches to The Management of Complexity*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, pp. 178-197.